



CÂMARA DOS DEPUTADOS
**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS
CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE
2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE
PALERMO (CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL).**

Anexo II - Salas 165-B – tel. (0xx61) 3216-6210 / fax (0xx61) 3216-6225

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR DEPUTADO MARCO MAIA,
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

REQUERIMENTO N. _____, DE 2010.

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL por 60 (sessenta) dias a contar do término dos trabalhos em 14 de agosto de 2012.

Senhor Presidente,

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na forma do disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Lei n. 1.579/52 e com os arts. 35 e 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e, ainda, nos termos do **Requerimento n. 28/12**, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, que “requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, aprovado unanimemente em reunião realizada no dia 03/07/2012, **DECIDIU PELA APROVAÇÃO** do referido requerimento de prorrogação, por 60 (SESSENTA) dias”.

Convém registrar que o prazo inicial para conclusão dos trabalhos da presente CPI era de 120 (cento e vinte) dias, cujo término dar-se-ia em 14/08/2012.

Saliente-se, ainda, que o funcionamento deste órgão técnico teve início em 03 de abril de 2012, com a eleição da Mesa e indicação da Relatora, e entrará em recesso em julho, retomando efetivamente aos seus trabalhos em 1º de agosto de 2012.

Ocorre que as ações desenvolvidas por esta CPI, entre tomadas de depoimentos, audiências públicas, quebras de sigilos e diligências, trouxeram para esta Comissão Parlamentar de Inquérito



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS
CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE
2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE
PALERMO (CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL).

Anexo II - Salas 165-B – tel. (0xx61) 3216-6210 / fax (0xx61) 3216-6225

farto acervo documental, que será cuidadosa e criteriosamente analisado.

Desta feita, os prazos regimentais até agora concedidos não foram suficientes para as ações necessárias ao bom termo dos trabalhos, fazendo-se presente a necessidade de mais tempo para novas audiências, diligências, reunião com consultores de diversos Órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, elaboração, apresentação e votação do RELATÓRIO FINAL da CPI.

Ante o exposto, e com base no art. 35, § 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no § 2º, art. 5º da Lei 1579/52, c/c a decisão do STF no *Habeas Corpus* n. 71193-SP e com a decisão da Questão de Ordem n. 519, de 12/06/2001, da Câmara dos Deputados, esta Presidência requer a Vossa Excelência seja prorrogado o prazo de funcionamento da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 14 de agosto do corrente ano, data prevista para o encerramento dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de estima e distinta consideração.

Deputado Federal ARNALDO JORDY
Presidente

APOIAMENTO REGIMENTAL (1/3 dos membros da Comissão)

NOME DO PARLAMENTAR

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR O TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS
CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS NO PERÍODO DE
2003 A 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE
PALERMO (CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL).

Anexo II - Salas 165-B – tel. (0xx61) 3216-6210 / fax (0xx61) 3216-6225

[illegible]